

1.º Simpósio Internacional “A contabilidade na viragem do século”

21 e 22 de Novembro de 1997

**A imagem fidedigna
e
a incrível mestria de uma estrutura conceptual**

Comunicação a apresentar no 5.º painel (97.11.22 / 10:45 horas):

“A nova estratégia contabilística e o mundo empresarial”

Autor: Luís Lima Santos

Índice

1) Introdução	2
2) Justificação do tema da comunicação	2
3) Abordagem lexicológica	3
4) Apreciação	4
4.1) O mérito da estrutura conceptual do IASC	5
4.2) Afinal, como se avalia o desempenho?	6
4.3) A alternância informativa dos fluxos	7
4.4) A questão do confronto das bases: acréscimo vs caixa	7
4.5) O modelo português	9
4.6) A imagem: fiel ou fidedigna?	10
4.7) A incrível mestria...	10
Bibliografia	14

a incrível mestria de uma estrutura conceptual

1) Introdução

Vivemos a maximização da utilidade da informação contabilística, facto que nos leva a questionar a importância de poder contar com uma estrutura conceptual que assuma diversas configurações em função das necessidades e expectativas dos utilizadores.

É aceite que as demonstrações preparadas e apresentadas pelos profissionais da contabilidade proporcionam informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações; esta informação é obtida¹, respectivamente, no balanço, na demonstração dos fluxos de caixa e na demonstração dos resultados.

Aquele suporte informativo permite avaliar a estrutura financeira, a liquidez, a solvência, a eficácia na utilização dos recursos económicos e a capacidade de gerar e utilizar dinheiro e equivalentes, mas... serão estes os principais critérios económicos-financeiros de análise que o exigente mundo dos negócios espera obter na informação contabilística?

Após esta introdução, justificamos o tema desta comunicação e ensaiamos a aproximação semântica do termo “estrutura conceptual”; os nossos comentários acerca da estrutura conceptual do IASC precedem a apreciação de algumas questões que conduzem à “imagem fidedigna” e à “incrível mestria” de uma estrutura conceptual.

2) Justificação do tema da comunicação

São diversas as razões que determinaram a realização deste trabalho; além de ilustrar a relação entre a imagem fidedigna e a estrutura conceptual, atribuímos a outras uma maior evidência:

- a crescente necessidade de informação por parte dos interessados suscita novas abordagens contabilísticas ao tratamento de dados, o que constitui um incentivo na procura de novas soluções para problemas comuns inerentes à informação contabilística;
- o questionar da necessidade de uma estrutura conceptual contabilística;

¹ De acordo com a estrutura conceptual do *International Accounting Standard Committee* (IASC).

- a necessidade de aceitar, como elementos fundamentais da informação contabilística contemporânea, novas demonstrações contabilísticas com potencial informativo diverso;
- o enunciar de soluções que permitam sistematizar a via do sucesso e denunciar erros de modo a evitar ou salvar situações de insucesso; e
- o debate acerca da incrível multiplicidade de configurações que, num contexto de utilidade, uma estrutura conceptual contabilística pode assumir.

Esperamos poder contribuir para a problematização da necessidade de uma estrutura conceptual para a contabilidade, em que as demonstrações contabilísticas sirvam a avaliação do passado e a preparação do presente em função das perspectivas futuras.

3) Abordagem lexicológica

O subsistema de conceituação do sistema do planeamento contabilístico, orienta-nos até ao termo estrutura conceptual².

Uma estrutura conceptual, orientada para a gestão no tempo e no espaço, deve obedecer a aspectos logismográficos e a objectivos logismológicos, pois ambos perspectivam a eficiência em termos técnicos; os primeiros quanto ao registo dos factos e à preparação da informação, os segundos quanto à formulação de princípios e teoremas relativos à análise da informação apresentada.

Portanto, ainda que submetida a determinado modelo de planificação macrologismológica, a orientação da planificação micrologismológica deve ter em conta a individualidade da unidade económica; por outro lado, a diversidade de actividades económicas ilustra a permeabilidade da unificação quanto a erros de concepção.

Resta a normalização se a questão de obedecer a um plano universal se colocar relativamente a conceituações básicas.

A consulta do dicionário da autoria de Almeida Costa e de Sampaio e Melo, permite-nos interpretar a expressão “estrutura conceptual” como uma organização de conceitos e entendimentos que funcionam como um todo, em dependência do mesmo:

² Para a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas.

- “estrutura”³: «organização das diferentes partes de um todo» em que «as partes são dependentes do todo e, por conseguinte, solidárias umas das outras».
- “conceptual”⁴: «... diz respeito à concepção».

O querer saber mais sobre uma estrutura conceptual e a identificação do termo com a contabilidade, em conjunto com a simples curiosidade académica, suscitam-nos a enunciação “contabilística” dessa construção lógico-dedutiva.

De acordo com Gabás Trigo⁵ uma estrutura conceptual consiste numa
«... teoría contable de carácter general que plantea una estructuración lógico-deductiva del conocimiento contable y define una orientación básica para el organismo responsable de elaborar normas contables de obligado cumplimiento.»

Para Weygandt e Kieso⁶, a estrutura conceptual é como uma lei fundamental:

*«... a coherent system of interrelated objectives and fundamentals that can lead to consistent standards and that prescribes the nature, function, and limits of financial accounting and financial statements.»*⁷

4) Apreciação

A procura de uma adequada estrutura conceptual acompanha a evolução da regulamentação contabilística desde as suas origens, tornando-se mais evidente nos últimos anos.

Na opinião de Tua Pereda⁸ a evolução da regulamentação contabilística divide-se em três etapas: a empírica, a lógica e a teleológica:

- na primeira etapa (empírica) as regras eram resultado da experiência;
- na segunda etapa (lógica) as regras fluíam de um raciocínio lógico-dedutivo; e

³ (1982: 606)

⁴ (1982: 349)

⁵ (1991: 19)

⁶ (1992: 32)

⁷ *Financial Accounting Standard Board (FASB) Discussion Memorandum: “Conceptual framework for financial accounting and reporting: elements of financial statements and their measurement”*

⁸ (1996: 5-8)

- na terceira etapa (teleológica) os objectivos e as características qualitativas da informação contabilística passam a ser determinados em função das necessidades dos utilizadores.

Antes da estrutura conceptual o IASC apresentava uma missão reguladora que, através das normas internacionais de contabilidade, descrevia as práticas mais comuns utilizadas em países de tradição contabilística, sem uma adequada fundamentação conceptual; com aquelas normas pretendia-se reduzir as soluções alternativas existentes para a multiplicidade de temas a tratar.

4.1) O mérito da estrutura conceptual do IASC⁹

Para o IASC, a estrutura conceptual é um instrumento de normalização que pretende sistematizar as soluções alternativas para a prática contabilística.

No caso de haver conflito entre a estrutura conceptual e as normas internacionais de contabilidade, os requisitos destas prevalecem em relação aquela, uma vez que o desenvolvimento e revisão das normas, será orientado pela estrutura conceptual.

Estas e outras razões levam alguns autores¹⁰ a admitir a estrutura conceptual como um guia de orientação para a elaboração de normas internacionais de contabilidade e não como um modelo a seguir.

De acordo com o IASC, os utilizadores da informação preparada (investidores actuais e potenciais, credores, governo, colaboradores, clientes e público em geral) têm necessidades comuns¹¹ às quais as demonstrações contabilísticas procuram dar resposta.

⁹ As finalidades da estrutura conceptual do IASC são: apoiar a criação de futuras normas internacionais de contabilidade e apoiar a revisão de normas internacionais de contabilidade existentes; promover a harmonização, apoiar o desenvolvimento de normas nacionais e reduzir os tratamentos contabilísticos alternativos permitidos; ajudar na aplicação das normas internacionais de contabilidade; servir os auditores na formação da sua opinião; e ajudar os utilizadores na interpretação da informação contida nas demonstrações contabilísticas.

¹⁰ José Laínez Gadea e Ana Pérez-Grueso (1995-1119)

¹¹ O IASC admite que os utilizadores das demonstrações contabilísticas têm necessidades comuns de informação que seja útil na tomada de decisões económicas, tais como: comprar, deter ou vender um investimento em capitais próprios; avaliar a gestão, os patrimónios (bens, direitos e obrigações) e os negócios; estipular lucros e dividendos; regulamentar a actividade empresarial; e determinar políticas de tributação e elaborar estatísticas do rendimento nacional.

Em sentido oposto, a diversidade de respostas procuradas na informação, provenientes de circunstâncias sócio-económicas e legais relativas a cada país, suscitou:

- várias definições das classes das demonstrações contabilísticas;
- diferentes critérios para o reconhecimento de elementos nas demonstrações contabilísticas; e
- a utilização de diferentes bases de mensuração¹².

A estrutura conceptual do IASC foi desenvolvida para ser aplicável a modelos contabilísticos e conceitos de capital e de manutenção de capital, razão pela qual, apesar das demonstrações contabilísticas serem preparadas em conformidade com um modelo de contabilidade baseado no custo histórico recuperável e no conceito da manutenção do capital financeiro nominal, o IASC aceita que outros modelos (actualmente sem consenso) possam ser mais apropriados (ou seja, admite que a importância da informação é aferida pelo seu utilizador, real ou potencial).

Tal como refere Tua Pereda¹³ a estrutura conceptual do IASC é um itinerário lógico-dedutivo que descreve os fundamentos conceptuais e o modo de preparar a informação contabilística; exterioriza um elevado nível de abstracção que lhe confere flexibilidade mas... não oferece conclusões categóricas, apenas procura um mínimo de coerência lógica indispensável.

4.2) Afinal, como se avalia o desempenho?

O IASC considera que o desempenho (lucrabilidade e sua variação) é avaliado na demonstração dos resultados e nas notas adicionais; a posição financeira (recursos económicos, estrutura financeira, liquidez e solvência) é avaliada no balanço e nas notas adicionais; as alterações na posição financeira (capacidade de gerar e de utilizar dinheiro e equivalentes) são avaliadas numa demonstração separada e nas notas adicionais.

Em sentido diverso à posição assumida na estrutura conceptual do IASC, é nosso entendimento que as demonstrações contabilísticas incluídas no relato económico-financeiro objectivam a avaliação do desempenho, através da avaliação do comportamento

¹² Existe, por parte do IASC, um compromisso de reduzir estas diferenças quando tenta harmonizar as regulamentações, as normas contabilísticas e os procedimentos relacionados com a preparação e apresentação das demonstrações contabilísticas.

de grandezas como os fluxos de caixa, os fluxos de fundos, os resultados, o património ou outras susceptíveis de valoração.

Igualmente importante, é o facto daquela avaliação pode ser efectuada com base em valores absolutos ou relativos, individual ou colectivamente.

4.3) A alternância informativa dos fluxos

A demonstração dos fluxos de caixa é assumida como alternativa à demonstração dos fluxos de fundos, na apresentação das alterações na posição financeira, opinião que não partilhamos uma vez que consideramos que aquelas demonstrações permitem ler realidades distintas.

De facto, uma estrutura conceptual deve proporcionar informação diversa; as demonstrações, a dos fluxos de fundos e a dos fluxos de caixa, remetem-nos para grandezas diferentes... “fluxos de fundos” e “fluxos de caixa”!

4.4) A questão do confronto das bases: acréscimo vs caixa

Os pressupostos contabilísticos fundamentais, são os que não necessitam de ser divulgados, uma vez que estão na base da preparação das demonstrações contabilísticas; tais pressupostos são os da continuidade e da especialização ou acréscimo.

Em contabilidade na base do acréscimo os proveitos são reconhecidos quando obtidos, os custos são reconhecidos quando incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, sendo incluídos nas demonstrações contabilísticas dos períodos a que respeitam; esta situação acomete ao resultado líquido elevada dose de subjectividade.

A este propósito Gay Saludas refere que:

«... mejorar la cosmética contable, conduce a plantear-se una serie de cuestiones. Qué es el resultado contable? Cómo es posible que al hablar del mismo se den posturas tan antagónicas con relación a un determinado período? Cómo se comprende que donde una

¹³ (1996: 12)

compañía presenta beneficios procedentes de su gestión, diga luego el auditor que han habido pérdidas?... Cuál será en el futuro el papel asignado al auditor: el de detective por mor de los fiascos financieros en que se hundan demasiadas compañías o el visionario prediciendo lo que va a suceder en adelante?»¹⁴

e ainda que «*al referirnos a la cosmética contable... se extrae la cabal conclusión de que el resultado contable como no! es relativo*»¹⁵.

Além da relatividade do resultado líquido «... a importância do reconhecimento e mensuração de custos (gastos e perdas) e de réditos e ganhos é um passo fundamental na formulação de princípios contabilísticos»¹⁶.

Em contabilidade na base de caixa o rédito é registado apenas quando o dinheiro é recebido, as despesas e os gastos são registados apenas quando o dinheiro é pago. A determinação do resultado líquido na base de caixa baseia-se no total dos réditos e no pagamento das despesas e gastos, sendo ignorado o princípio do balanceamento.

«El IASC ha seleccionado, en calidad de estados financieros, aquella información cuyo contenido y naturaleza suelen ser requeridos generalmente por la mayoría de los organismos de regulación contable»¹⁷.

Como consequência, as demonstrações contabilísticas elaboradas na base de caixa não estão em conformidade com a generalidade dos princípios contabilísticos geralmente aceites e, portanto, a contabilidade na base de caixa não é concordante com a teoria subjacente aos elementos das demonstrações contabilísticas.

Após o exposto, a questão acerca da consideração de uma base mista, derivada da base de caixa ou da base do acréscimo, assume contornos de legitimidade.

4.5) O modelo português

¹⁴ (1996: 643)

¹⁵ (1996: 644)

¹⁶ Braz Machado (1983: 145)

¹⁷ Laínez Gadea e Pérez-Grueso (1995: 1120)

Com o pretexto de aferir a realidade da estrutura conceptual do IASC ao modelo português¹⁸, somos obrigados a falar do seu instrumento de normalização por excelência: o plano oficial de contabilidade.

De forma clara, ou não, o plano oficial de contabilidade engloba as características qualitativas, a apresentação, o reconhecimento e a mensuração dos elementos das demonstrações contabilísticas.

Numa perspectiva global o modelo de regulamentação português assenta¹⁹ em instituições internacionais (IASC, União Europeia e *International Organization of Securities Commissions* (IOSCO)) e nacionais (Câmara dos Revisores Oficiais de Contas (CROC), Comissão de Normalização Contabilística (CNC), Administração Fiscal e Ministérios da Justiça e das Finanças).

Admitindo uma hipotética estrutura conceptual, esta emerge no plano oficial de contabilidade, nas directrizes contabilísticas da CNC, nas normas, nas recomendações e nas interpretações técnicas da CROC, nas normas governamentais²⁰ (societárias, fiscais e financeiras) e, muito ligeiramente, na comunidade académica e nas associações de profissionais.

Porque a importância da informação contabilística é muito dependente das expectativas e das necessidades dos utilizadores julgamos ter, ainda, muito que trabalhar...

4.6) A imagem: fiel ou fidedigna?

A formulação e a hierarquia das características qualitativas não resolveu adversidades entre relevância e fiabilidade, e custo e benefício; permanecem como restrições às características qualitativas o conceito de “imagem fiel” e a oportunidade da informação.

¹⁸ Os objectivos das demonstrações contabilísticas são referidos na directriz contabilística n.º 18, que também estabelece uma hierarquia no uso de princípios contabilísticos: em primeiro os constantes do plano oficial de contabilidade, em segundo os constantes das directrizes contabilísticas e, por último, os divulgados pelas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASC.

¹⁹ Leonor Fernandes Ferreira e Pedro Regojo (1996: 156)

²⁰ Sabendo que nos países cujas normas contabilísticas dependem do poder central a informação produzida não confere prioridade aos objectivos profissionais e de gestão (onde incluímos a avaliação do desempenho), pensamos que os objectivos do poder central poderiam ser atingidos em consonância com a estrutura conceptual desde que as divergências entre a aplicação desta e a aplicação das normas governamentais (designadamente as fiscais) fossem conciliáveis em sede própria.

Se o conceito de “imagem fiel” (verdadeira?) é ultrapassado pelo conceito de “imagem fidedigna” (adequada ou merecedora de crédito), já a tarefa da determinação do equilíbrio entre tempestividade e a qualidade da informação contabilística terá ficado reservada ao perito contabilista.

Tal como Tua Pereda²¹ concluímos que a necessidade de uma estrutura conceptual passará por uma forte regulamentação de profissionais da contabilidade com autoridade intelectual, pela existência de um sistema económico-financeiro desenvolvido, pela consideração dos efeitos económicos das normas e pela existência de investigação metodológica na procura do adequado suporte teórico das normas contabilísticas.

4.7) A incrível mestria...

Na opinião de Braz Machado «a função principal da contabilidade é a de acumular e comunicar informação essencial à compreensão das actividades das empresas... para desempenhar esta função... desenvolve-se adentro de um campo definido de conceitos e princípios...

- relevância;
- objectividade e verificabilidade; e
- quantificabilidade.»²²

O facto da função informativa estar atribuída à contabilidade não impede, ao tradicional modelo de informação contabilística, a denúncia de insuficiências para os seus verdadeiros destinatários, os utilizadores; podemos, então, considerar que se deparam novos desafios informativos.

Importa sublinhar que a informação é preparada para uma diversidade de destinatários, potenciais utilizadores, que assumem objectivos virtualmente diferentes; no entanto, a informação contabilística não difere no seu modo de apresentação e na sua plenitude, o que suscita, desde logo, dúvidas quanto ao hipotético valor informativo de que aquela possa estar investida.

²¹ (1996: 36)

²² (1983: 41-51)

Por conseguinte, a informação será mais, ou menos, importante na medida em que os utilizadores lhes percebam, ou não, vantagens:

- os administradores, directores ou gerentes precisam de ajuda tomada de decisões económico-financeiras;
- os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio gerar dinheiro;
- o governo espera que uma tributação adequada resulte em receitas fiscais;
- os credores procuram respostas na análise do risco dos seus créditos;
- os clientes visam garantir a continuidade dos fornecimentos de bens e serviços;
- os colaboradores gostam de sentir segurança;
- os estudiosos buscam a compreensão e explicação dos fenómenos no mundo dos negócios; e
- em geral, procuram-se soluções para a sistematização do sucesso.

Dependendo do quadro conceptual²³ em que a informação se insere, são legítimas dúvidas quanto ao conceito de plenitude informativa. De facto, questões como a definição de elementos contabilísticos e os conflitos entre as características qualitativas, remetem as actuais soluções contabilísticas para uma estrutura conceptual não muito rígida, aplicável a vários modelos.

O risco da utilização de demonstrações contabilísticas não comparáveis, alavancado por perigos potenciais (influências, interpretações erradas, inexactidões e incertezas), apontou a necessidade de desenvolver a harmonização; neste particular, a síntese da posição do FASB, elaborada por Tua Pereda²⁴, vem sublinhar a utilidade da estrutura conceptual:

- *«Servir de guía para el establecimiento de normas contables.*
- *Orientar a los usuarios en la aplicación de dichas normas.*
- *Constituirse en punto de referencia para la resolución de cuestiones específicas en ausencia de normas concretas.*
- *Fijar los límites de discrecionalidad en la confección de estados financieros.*
- *Aumentar el conocimiento y confianza de los usuarios en los estados financieros.*
- *Potenciar su comparabilidad.»*

²³ Jurídico, económico ou utilitarista.

Como referimos anteriormente, a estrutura conceptual para a contabilidade será importante em função das vantagens que os utilizadores perceberem, razão suficiente para perfilharmos a opinião de Domingos Cravo²⁵ segundo o qual, a importância da contabilidade é função da utilidade que esta tem para os destinatários que utilizam a informação, reconhecendo-se, por consequência, a importância dos utilizadores na configuração do modelo contabilístico; são os alicerces do paradigma da utilidade.

Uma estrutura conceptual, além de servir de “bússola” no processo de normalização e de harmonizar as demonstrações contabilísticas, deve proporcionar a comparabilidade e incrementar a confiança e o conhecimento dos utliizadores.

A criação de demonstrações autónomas relativas a riscos e incertezas e à predição do futuro, potenciariam a imagem fidedigna.

Portanto, a grande virtude de uma estrutura conceptual será a sua incrível mestria, ou seja, a sua singular capacidade de adaptação às necessidades dos utilizadores, sem prejuízo da tempestividade da informação.

Falar em estruturas conceptuais pode então passar por repensar o modelo informativo em função das necessidades dos utilizadores; no entanto, será prudente continuar a questionar a relação entre o custo de proporcionar informação e o benefício de a utilizar; até porque, em regra, quem aproveita o benefício não é quem suporta o custo.

É que, sob pena de não atingir os seus objectivos, o desenvolvimento epistemológico da contabilidade não deve ignorar que “toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria.”²⁶

²⁴ (1996: 23)

²⁵ (1991: 311)

²⁶ Fernando Pessoa, (1926: 75) «...Só os espíritos superficiais desligam a teoria da prática, não olhando a que a teoria não é senão uma teoria da prática, e a prática não é senão a prática de uma teoria. Quem não sabe nada dum assunto, e consegue alguma coisa nele por sorte ou acaso, chama “teórico” a quem sabe mais, e, por igual acaso, consegue menos. Quem sabe, mas não sabe aplicar, - isto é, quem afinal não sabe, porque não saber aplicar é uma maneira de não saber - tem rancor a quem aplica por instinto, isto é, sem saber que realmente sabe. Mas, em ambos os casos, para o

Bibliografia

- ALEXANDER, David e NOBES, Christopher (1994): A european introduction to financial accounting; Prentice Hall; Hertfordshire
- BRAZ MACHADO, José R. (1983): Contabilidade financeira; Associação Portuguesa de Contabilistas; Porto
- COMISSÃO DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA (1996): Objectivos das demonstrações financeiras e princípios contabilísticos geralmente aceites; Directriz contabilística n.º 18; Jornal de Contabilidade n.º 239, Fevereiro de 1997
- COSTA, J. Almeida e MELO, A. Sampaio e (1982): Dicionário da língua portuguesa, 5.ª edição; Porto Editora; Porto
- FERREIRA, Leonor Fernandes e REGOJO, Pedro (1996): A regulamentação contabilística em Portugal; Jornal de Contabilidade n.ºs 230 e 231, Maio e Junho de 1996

homem são de espírito e equilibrado de inteligência, há uma separação abusiva. Na vida superior a teoria e a prática completam-se. Foram feitas uma para a outra.»

- GABÁS TRIGO, Francisco (1991): "El marco conceptual de la contabilidad financiera"; Asociacion Española de Contabilidad y Administracion de Empresas, n.º 17; Madrid
- GAY SALUDAS, José M.^a (1996): "Reflexiones en torno a la relatividad del resultado contable"; em AAVV: VII Encuentro de Profesores Universitarios de Contabilidad; Centro de Estudios Financieros e Departament de Comptabilitat, Universitat de Barcelona; Barcelona; pp 629-653
- INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE (1989): Estrutura conceptual para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras; tradução da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas inserida no Manual do Revisor Oficial de Contas; Lisboa
- (1996): Presentation of financial statements; Exposure Draft E53; Proposed International Accounting Standard; London; pp 42
- LAÍNEZ GADEA, José e PÉREZ-GRUESO, Ana (1995): "La utilidad del marco conceptual como herramienta de normalización. Análisis de la reciente experiencia del IASC"; Revista española de financiación y contabilidad, vol. XXIV, n.º 85, pp 1117-1146
- PESSOA, Fernando (1926): "Palavras iniciais"; Revista de contabilidade e comércio, vol. XLIX, n.º 193-196; pp 75
- PORTO EDITORA (1992): Plano oficial de contabilidade, 22.^a edição; Porto Editora; Porto
- RIBEIRO, Joaquim Ferreira (1986): Lições de teoria da contabilidade (geral); 2.º volume; Athena Editora; Porto
- RIBEIRO, José Manuel da Costa e Sousa Ferreira, (1995): "Considerações sobre a adaptação do plano de contas normalizado para uma determinação rigorosa dos fluxos de caixa"; Jornal de contabilidade, n.º 214; pp 1-15
- SÁ, A. Lopes de e SÁ, A. M.^a Lopes de (1993): Dicionário de contabilidade, 8.^a edição; Editora Atlas; São Paulo
- SILVA CRAVO, Domingos J. (1991): "Considerações em torno do paradigma da utilidade"; em AAVV: Actas das IV jornadas de contabilidade; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro; Aveiro; pp 303-322
- TUA PEREDA, Jorge (1996): "Necesitamos un marco conceptual?"; comunicação apresentada nas VI Jornadas de Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa; Lisboa
- WEYGANDT, Jerry J. e KIESO, Donald E. (1992): Intermediate accounting, seventh edition; John Wiley & Sons; New York
- WEYGANDT, Jerry J., KIESO, Donald E. e KELL, Walter G. (1993): Accounting principles, third edition; John Wiley & Sons; New York

Resumo

O objectivo principal desta comunicação consiste em evidenciar a relação entre a imagem fidedigna e uma estrutura conceptual para a contabilidade; é o que serve de base para demonstrar que as diversas necessidades dos utilizadores potenciam uma incrível mestria por parte da estrutura conceptual que se materializa numa singular capacidade desta para se adaptar à necessidade informativa.

Os métodos utilizados foram a consulta de bibliografia especializada e o aproveitamento da nossa investigação no tema para a conclusão do mestrado; após a introdução são apresentadas as razões e uma abordagem lexicológica do tema da comunicação; com base numa análise crítica da estrutura conceptual do IASC, são apreciadas algumas questões conducentes ao relacionamento entre a “imagem fidedigna” e a “incrível mestria” de uma estrutura conceptual.

Concluimos que as vantagens percebidas pelos utilizadores potenciam o desenvolvimento da estrutura conceptual em função das suas necessidades; nestes termos, a imagem fidedigna será aquela que melhor servir o utilizador, razão suficiente para dotar uma estrutura conceptual para a contabilidade de um incrível poder de configuração... o que reflecte a sistematização do sucesso empresarial.

<p>Título: A IMAGEM FIDEDIGNA E A INCRÍVEL MESTRIA DE UMA ESTRUTURA CONCEPTUAL</p> <p>Autor: Luís Lima Santos Docente da Universidade Fernando Pessoa Doutorando em Ciências Económicas e Empresariais (U.Vigo) Mestre em Contabilidade e Finanças Empresariais (U.Aberta) Licenciado em Auditoria Contabilística (ISCAP)</p> <p>Procedência: Departamento de Ciências da Administração da Universidade Fernando Pessoa</p> <p>Data: 19 de Setembro de 1997</p> <p>Local: Porto</p> <p>Palavras chave: estrutura conceptual, informação contabilística, imagem fidedigna, utilizador e vantagens percebidas.</p> <p>Painel: A nova estratégia contabilística e o mundo empresarial.</p>
--

CONCLUSÕES

A formulação e a hierarquia das características qualitativas não resolveu adversidades entre relevância e fiabilidade, e custo e benefício; permanecem como restrições às características qualitativas o conceito de “imagem fiel” e a oportunidade da inf.

Se o conceito de “imagem fiel” (verdadeira?) é ultrapassado pelo conceito de “imagem fidedigna” (adequada ou merecedora de crédito), já a tarefa da determinação do equilíbrio entre tempestividade e a qualidade da infCTB permanece reservada ao perito contabilista. Portanto, é possível concluir que a necessidade de uma EC passará ① por uma forte regulamentação por parte dos peritos contabilistas com autoridade intelectual ② pela existência de um sistema ECO-FIN desenvolvido ③ pela consideração dos efeitos ECO das normas ④ e pela existência de investigação metodológica na procura do adequado suporte teórico das normas contabilísticas.

Importa sublinhar que a inf é preparada para uma diversidade de destinatários, potenciais utilizadores, que assumem objectivos virtualmente diferentes; no entanto, a infCTB não difere no seu modo de apresentação e na sua plenitude, o que suscita, desde logo, dúvidas quanto ao hipotético valor informativo de que aquela possa estar investida.

Por conseguinte, a inf será mais, ou menos, importante na medida em que os utilizadores lhes percebam, ou não, vantagens:

- os administradores, directores ou gerentes precisam de ajuda tomada de decisões ECO-FIN;
- os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio gerar dinheiro;

- o governo espera que uma tributação adequada resulte em receitas fiscais;
- os credores procuram respostas na análise do risco dos seus créditos;
- os clientes visam garantir a continuidade dos fornecimentos de b&s;
- os colaboradores precisam de sentir segurança;
- os estudiosos buscam a compreensão e explicação dos fenómenos no mundo dos negócios; e
- em geral, procuram-se soluções para a sistematização do sucesso.

Dependendo do quadro conceptual em que a inf se insere, continuam legítimas as incertezas quanto ao conceito de plenitude informativa. Como referi anteriormente, a EC para a contabilidade será importante em função das vantagens que os utilizadores perceberem, reconhecendo-se, deste modo, a importância dos utilizadores na configuração do modelo contabilístico; são os alicerces do paradigma da utilidade.

Por outro lado, a criação de demonstrações autónomas relativas a riscos e incertezas e à predição do futuro, potenciariam a imagem fidedigna; portanto, a grande virtude de uma EC será a sua incrível mestria, ou seja, a sua singular capacidade de adaptação às necessidades dos utilizadores, sem prejuízo da tempestividade da informação.

Falar em EC pode então passar por repensar o modelo informativo em função das necessidades dos utilizadores; será prudente continuar a questionar a relação entre o custo de proporcionar informação e o benefício de a utilizar; até porque, em regra, quem aproveita o benefício não é quem suporta o custo. É que, sob pena de não atingir os seus objectivos, o desenvolvimento epistemológico da contabilidade não deve ignorar que “toda a teoria deve ser feita para poder ser posta em prática, e toda a prática deve obedecer a uma teoria.”